

# DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

## *Preito de Homenagem ao Grande Presidente*

JOSÉ DENIZARDO MACÉDO DE ALCANTARA

“Toute force qui sauve la Nation de  
l’anarchie est un fait de l’ordre divin”.

Jules Barbey D’Aurevilly

O transcurso de mais um aniversário do lutuoso e trágico passamento do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, acrescido da transladação dos despojos do soldado e estadista ilustre para repouso eterno no aconchêgo da terra natal, dá-me a oportunidade de cumprir compromisso tomado em foro íntimo de um dia escrever algo sobre o eminente cearense, traduzindo meu preito de admiração cívica ao desaparecido e grande Presidente.

Em parte, a admiração que sempre consagrei ao Marechal Castelo foi externada no discurso de improviso com que saudei no Instituto do Ceará a aposição do retrato do Presidente, em idos de 1968, valendo-me na ocasião caloroso elogio de Paulo Sarasate, fiel amigo do estadista desaparecido na voragem do destino. A palavra vôa, o escrito fica e assim se documenta e autentica melhor o acontecimento que faz História e é útil ao conhecimento dos pósteros.

### **01. Recordações —**

Meu primeiro contacto com o General Castelo ocorreu em 1953, quando comandava a 10ª Região Militar aqui sediada. Transcorria o sesquicentenário do Duque de Caxias, o Patrono do Exército. Fora organizado em âmbito militar singelo programa comemorativo da honrosa efemeride, sem que também algo fosse feito no meio civil, esquecendo-se que Caxias, além de ter sido o maior general brasileiro, fora também homem público de méritos rele-

---

\* Alocução proferida em sessão do INSTITUTO DO CEARÁ.

vantes, estadista e político, tendo exercido decisiva influência durante o Império.

Professando a cátedra de História do Brasil na então Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, procurei preencher a lacuna injustificável e, contando com o apoio dos meus alunos, colegas e direção da Escola, promovi e pronunciei uma conferência sobre o excelso Marechal Luís Alves de Lima, modelo de cidadão e de soldado, que sempre fora uma das minhas mais vivas admirações como professor da História Nacional.

A conferência foi realizada à noite, no singelo auditório da Faculdade, e foi surpresa contar com a presença do General Castelo que assim presidiu o ato solene, atendendo gentilmente ao convite formulado pela direção da Escola.

Calcado em vários historiadores, especialmente no brilhante e pouco conhecido ensaio de Oliveira Vianna sobre o perfil biológico do grande Duque, defendi a tese um tanto inovadora de que as qualidades de organizador e de logístico do ínclito Marechal superavam mesmo os atributos que possuía de tático e estrategista, constituindo o complexo de virtudes que ornavam a personalidade excepcional de Caxias um suporte sólido que o teria consagrado como luminar em outras atividades humanas que existissem o dirigente enérgico e prudente ou o homem de ação decisiva. O destino fê-lo militar ilustre, mas as qualidades pessoais poderiam tê-lo levado a ser um grande administrador, um grande caudilho na vida econômica, como Mauá, um grande capitão para qualquer atividade humana em que primassem a ação ou a decisão.

Ao término da minha modesta preleção, recebi os parabéns do General Castelo, embora com ar brincalhão ponderasse que não lhe agradava muito a possibilidade de Caxias ter sido outra coisa na vida e cumprido outro destino pessoal que não o do grande chefe e soldado mais distinguido do continente Sul-americano. E nisto Castelo dava toda a medida do valor e aprêço que consagrava a carreira que também era a sua, como fôra igualmente de muitos dos seus avoengos.

Posteriormente o General Castelo esteve exercendo o cargo de Diretor do Ensino do Exército, a êle ficando subordinados todos os estabelecimentos de ensino militar, entre os quais a saudosa e inesquecível Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza, antecessora do atual Colégio Militar. Neste caráter recebemos a visita de inspeção do grande soldado à EPF, cabendo a mim por designação do então Comandante, Coronel Mário Barros Cavalcanti, saudar o visitante em reunião do Conselho de Ensino da Escola, solenemente congregado para a honrosa recepção.

Como em todas comunidades humanas, o magistério do Exér-

cito tem por vezes seus ângulos de discrepância. No caso, tratava-se de opiniões divergentes entre as instruções emanadas dos técnicos da DGE e a ação exercida pelos professores que atuam diretamente na linha da frente do ensino, na sala de aula e no convívio com o aluno. Abordando o delicado tema, usei de uma imagem que pareceu sensibilizar o respeitado e acatado General. Comparei o técnico ao oficial de Estado Maior e o professor ao oficial "troupiér" que está constantemente sob o fogo inimigo, na hipótese as inevitáveis e imprevisíveis ocorrências das salas de aula e do ensino em geral, sofrendo na própria carne a vivência da profissão e a experiência do cotidiano.

Foi nessa ocasião que se registrou um episódio que bem testemunha a grandeza moral e a superioridade humana do General Castelo. Trouxe ele como assessor um inteligente e culto coronel cearense, suspeitado, porém, de tendências esquerdistas. Alguém teve a audácia de interpelar o General sobre o assunto, perguntando como, dadas as conhecidas convicções democráticas que possuía, conseguiu conciliar o fato de manter em cargo da mais imediata confiança um oficial com formação ideológica tão oposta ao que ele professava.

A resposta, cheia de bonhomia e de rude lealdade, faz entrever a imensa superioridade e grandeza d'alma do chefe capaz e disciplinador: — "Conheço o Coronel e sua maneira de pensar. Assim ele não pode me enganar nem serei enganado pois a responsabilidade da direção e do comando é inteiramente minha. Evito que ele fique encostado, sem prestar serviços, o que não deixaria de deprimi-lo moralmente, e ao mesmo tempo utilizo a inteligência e a capacidade de um oficial que de outro modo estariam ociosas em prejuízo da Nação e do Exército". Palavras de um bom senso corajoso partidas de alguém que tinha imensa autoridade moral e intelectual no círculo de todos os companheiros de profissão.

Nessa jornada, o nosso Comandante Cel. Mário Barros Cavalcanti recepcionou aos professores e oficiais da EPF em fidalga homenagem ao General Castelo, na residência que ocupava na Avenida Barão de Studart, precisamente o palacete hoje ocupado pelo Museu Histórico do Estado. Não posso esquecer o empenho do General Castelo, ao lado do casal anfitrião, em receber e cumprimentar pessoalmente todos que ali acorreram a homenageá-lo. Numa triste coincidência, quase em frente ao palacete e na entrada do atual Palácio da Abolição, ficará o monumento fúnebre que recolhêrá as cinzas do grande Presidente para votiva e eterna lembrança dos seus conterrâneos.

Uma das cousas do Ceará que o General Castelo tinha em desvelada admiração e carinho era a nossa Universidade, comandada então pela dinâmica atividade de Martins Filho. As últimas pala-

bras que dele ouvi em vida foram sobre a instrução universitária cearense, conforme narrarei logo adiante. Quando houve a ocupação do prédio da Reitoria pelos baderneiros habituais da agitação universitária foi um apelo pessoal do Reitor Martins Filho ao então Comandante do IV Exército que permitiu superar a crise e desalojar os sediciosos. Nesta época, vindo ao Ceará num mês de dezembro, em data de colação de grau, a solenidade já ia iniciada quando o General chegou à Reitoria para a sessão na concha acústica. Por qualquer motivo, eu havia permanecido alguns instantes no salão de honra, em frente aos jardins, pelo que me coube servir de introdutor ao General, conduzindo-o até a mesa que presidia o ato solene da formatura dos graduados.

## **02. Castelo e a Revolução —**

Transferido para a chefia do Estado Maior do Exército, a nova comissão iria levá-lo a defrontar-se com os graves acontecimentos da crise nacional que procedeu a queda do Governo Goulart e o movimento revolucionário de 31 de março de 1964. Todos que estavam engajados e comprometidos na revolução em marcha sabiam ter no General Castelo um dos homens decisivos para a situação que se avisinhava a passos largos. Por vezes éramos dominados pela impaciência face a serenidade e comedida prudência com que ele sabia atuar, embora não faltasse o selo do necessário vigor e tranquila afirmação quando se fazia mistér, como comprova a celebre nota divulgada sobre o papel constitucional do Exército face aos eventos da época.

Sabendo que o general cearense era uma das chaves que poderiam mudar a fisionomia da desoladora situação política, tinha-se o empenho de procurar saber-lhe os mínimos pronunciamentos que pudessem acender esperanças nos corações dos que lutavam contra toda esperança frente aos que violentavam a história, a psicologia e a realidade da nação brasileira. Juntavam-se pequenos fatos e ocorrências para erguer bem alta a chama da Esperança Nacional.

Eis daí a minha silenciosa alegria quando, numa manhã de carnaval creio que de Quarta-Feira de Cinzas, ruas desertas e sem movimento, saindo da casa de pessoa da minha família na Rua Fero Coêlho, vi passar tranquilamente em carro oficial e, à paisana, só e pensativa, a figura do futuro Presidente, chegado então ao Ceará numa visita discreta e silenciosa, a pretexto de férias moinas. O fato somente poderia significar aquilo que o futuro brasileiro confirmaria posteriormente, ou seja, o árduo trabalho de manter intactos os fios da teia revolucionária, embora guardando sempre reserva distante e prudente comedimento. Maior alegria, porém, foi

saber de rápido comentário então proferido pelo General, síntese profunda e verdadeira do quadro estratégico que a revolução poderia enfrentar: "Segurem a situação no Norte por 48 horas e então decidiremos a parada no Sul", conselho que nos permitiu a vitória sem os traumas de uma longa e dolorosa guerra civil.

Aquela Quarta-Feira de Cinzas foi bem simbólica. Como a Fenix mitológica, era a Pátria que renascia das cinzas da vergonha, do caos, da desordem e da anarquia para o cumprimento dos seus grandes destinos, rasgando o caminho do soerguimento pelo pulso forte do soldado, a mão de artista do estadista e o coração sensível do patriota, pois tudo isto Castelo foi em vida com muito garbo e excelso desempenho.

O caudal das esperanças continuou em maré montante. Poucos meses antes, o meu então comandante, amigo e conterrâneo e hoje General Raimundo Teles Pinheiro me havia mostrado o rádio que recebera do General Castelo, consultando-me se aceitaria uma comissão militar no Sul, creio que o comando de um regimento no Vale do Paranaíba, deixando a direção do Colégio Militar de Fortaleza. Agradei a deferente confiança e amizade do boníssimo chefe em colocar-me a par do convite, mas silenciosamente enchi de aleluias o coração, pois era a prova provada do esquema que se estava armando com o cuidado de entregar postos de confiança a amigos seguros, leais e dedicados na previsão de um futuro incerto e escuro.

O 31 de março chegou e não posso deixar de registrar a minha emoção a marejarem-me os olhos e pender a fronte sobre a cátedra quando, à noite, dando aula na Faculdade Católica de Filosofia, recebi a notícia da sublevação de Minas trazida por dois alunos meus, oficiais do Exército e meus antigos discípulos na Escola Preparatória de Cadetes.

Vitorioso o movimento, Castelo era o candidato natural pelo valor, integridade e capacidade intelectual. Minha opinião e muito proclamei na época era "Castelo até 70!", pois entendia que o país precisava de um largo "intermezzo" para começar vida nova e regenerada. Infelizmente, por motivos que não comportam análise nesta singela reminiscência, o General foi eleito por período curto, o que, de certo modo foi a causa da crise do final de 1969, facilmente evitável se o período do primeiro governo revolucionário tivesse sido de longa duração.

### **03. Últimos contactos. A tragédia —**

Durante o curto período presidencial, embora estivesse no exercício de função pública, absteve-me de comparecer aos desembarques presidenciais no aeroporto movido pelo horror instintivo

a qualquer coisa que parecesse cortejamento político de tão largo uso na vida nacional, alheio que sempre fui a tais atitudes por força de caráter, temperamento e formação.

Entretanto, na última vez que veio ao Ceará como Presidente, dada a função que eu então exercia na Universidade de Vice-Reitor para Assuntos Estudantis, tive que acompanhá-lo em visita à Casa de José de Alencar, sita no Alagadiço Novo, em Mecejana, domínio que pertencera à família materna do General Castelo e onde passara largos tratos de sua infância.

Visitou as obras, interpelou os arquitetos e paisagistas, tudo querendo saber com minudência e interesse. Nas despedidas, registrou duas lembranças bem eloquentes. A primeira é que quando o Reitor Martins Filho me apresentara como um dos seus auxiliares, não fizera nenhum comentário. Na hora da saída, quando os poucos presentes fizeram pequeno hemiciclo para cumprimentá-lo, estava eu na extremidade. Estendendo-me a mão — e aqui quebro a discrição e modéstia que devo guardar a bem da verdade dos fatos que estou narrando — disse-me: "O sr. está num cargo difícil, mas sei que tem qualidades suficientes para exercê-lo bem". Referência sóbria e honrosa de quem era tão parco em elogios e que muito estimulou o narrador a continuar pautando seus atos pela linha de ação que vinha adotando no comportamento funcional.

Em seguida, e esta é a segunda lembrança, distanciou-se de nós alguns metros, contemplou as ruínas do engenho do sítio Alagadiço Novo e volveu os olhos num relance de 10° por sobre a paisagem bucólica naquela hora crepuscular. Ao voltar-se em nossa direção o rosto exprimia funda emoção e por quê não dizer? profundo amor à terra e ao local que embafara os dias longínquos da infância, regados pelo trabalho dos seus maiores. Poucas vezes na vida vi estampar-se numa fisionomia sentimento tão eloquente!

Voltando ao Ceará pela primeira vez depois de deixar a curul presidencial, minha atitude foi diversa. Um dos meus familiares manifestou espanto ao ver-me preparando para ir ao aeroporto receber o ex-Presidente. Respondi-lhe que agora sim, pois era a hora de testemunhar o apreço dos que verdadeiramente o admiravam e eram gratos pelos imensos serviços prestados ao país, salvando-o das garras esquerdistas.

Curioso era que encontrei no aeroporto pessoas que ali tinham ido com a mesma atitude e idêntico sentimento. Ao desembarque, longa fila de conterrâneos e amigos foi estendida desde a escada do avião até a porta de entrada da estação. Coloquei-me precisamente neste último local e ao apertar-me a mão, fê-lo com esta interrogação: "Como vai a nossa Universidade?". Respondi-lhe: "Vai bem, Sr. Marechal, e aguardamos sua visita! Retrucou-me: "Irei numa visita simples, a qualquer hora, tomar água de côco e ca-

fé". Era sabido o aprêço que dava à água de coco do Ceará, que raramente consentia em "temperar" com algumas gotas de whisky quando insistido e para não fugir ao protocolo social.

Foucos dias após ocorria a tragédia do acidente aviatório. Não poderei jamais esquecer o choque emocional de quando meu colega de pró-reitorado Eduardo Saboia de Carvalho irrompeu pelo nosso comum gabinete de trabalho e deu a notícia esmagadora, naquela fatídica manhã de 18 de julho de 1967, transcorrido agora um lustro do desgraçado acontecimento. Seguiu-se a triste noite do velório e o embarque para o Rio dos despojos que ora retornam à terra natal. Soube por amigos e familiares da emocionante cena dos funerais, colocados sobre o peito do morto ilustre a boina da FEB e aos pés o kepi agalado de Marechal, enquanto ondulavam por entre a multidão as boinas dos veteranos febianos, numa espontânea e reverenciadora homenagem dos companheiros de guerra ao eminente chefe que tantas e brilhantes operações táticas soubera montar na campanha da Itália como consumado e hábil oficial do Estado Maior.

#### **04. Papel político de Castelo**

Sôbre o papel político do Presidente Castelo a História ainda não serenou para dar um pronunciamento justo e equânime, à altura do seu patriotismo e sacrificio pelo Brasil, embora preciosas indicações sôbre o tema já tenham aparecido na imprensa, como, por exemplo, o formoso artigo de Roberto Campos, intitulado "O repouso do guerreiro".

Quando a mim, sempre fui tentado neste terreno a estabelecer o paralelo da situação brasileira que gerou a Revolução de Março de 1964 e a crise que a precedeu com análogo quadro lusitano nos antecedentes da Revolução de 28 de maio de 1926 e a situação de Castelo comparável a dos Presidente Pimenta de Castro e Sidônio Pais em Portugal, num paralelismo histórico que pretendo desenvolver oportunamente em trabalho de maior fôlego para comemorar a década revolucionária em 1974.

É óbvio que as maiores dificuldades políticas dos governos revolucionários que se sucederam de 1964 até hoje decorrem da inexistência de um pensamento, uma doutrina política assentada na análise correta e desapaixonada da realidade nacional e que não pode ser suprida pela bipolaridade das teorias do desenvolvimento econômico e da segurança nacional, entre as quais têm-se repartido as preocupações dos homens de govêrno, as quais podem constituir objetivos e metas de uma política nacional, nunca porém o suporte filosófico, doutrinário e ideológico da nossa estratégia política.

Segue-se daí o tateamento em torno dos problemas estritamente políticos, das questões institucionais, a incerteza das soluções adotadas, a insegurança dos caminhos palmilhados, obstaculizando que o país venha a ter definido e precisado o leito normal de suas instituições políticas, recolhendo às águas que se espraiam além das margens do ordenamento jurídico indispensável à vida pública nacional, possível somente quando uma sábia doutrina indicar o nosso **modelo** político, usando aqui a expressão em moda na imprensa, por influência da linguagem técnica dos economistas.

Talvez a urgência da Revolução face ao perigo gigantêsco que ameaçava a Nação Brasileira em 1964 explique a omissão de uma diretriz doutrinária, pois a doença exigia terapêutica imediata. Reproduzimos aquilo que ocorreu em todas as revoluções brasileiras: o vazio do conteúdo doutrinário, a ausência de uma filosofia política normativa, lacuna que ainda é imprescindível preencher para consolidar a ordem revolucionária no âmbito da inteligência nacional.

"Nós temos uma doutrina e por isso somos uma força", escreveu Salazar. Sem lançarmos as bases definitivas de um pensamento político autenticamente brasileiro, revendo-se concepções infelizes que têm influenciado o escólo cultural do país, com raras exceções, a partir dos fins do período colonial e da Independência, não é crível que se venha a criar aquela corrente civil poderosamente engajada com suporte político atuante da consolidação e manutenção da ordem implantada pela Revolução de Março, condição precípua de sua sobrevivência histórica.

Sem doutrina nova não é possível nuclear uma corrente civil poderosa de apoio como matriz de lideranças firmes e realmente renovadoras do comportamento político nacional, entranhadamente fiéis à Revolução e aos seus postulados cívicos. A ausência de escola política inovadora, de uma corrente de pensamento que verdadeiramente seja uma tomada de posição na vida pública, explica porque tantos homens do governo como da oposição batem nas teclas roufenhas do retorno a uma suposta ordem democrática e da normalidade constitucional, máscara que apenas esconde o saudosismo desesperado por um passado pouco digno de ser revivido, dada a incapacidade de visualizarem uma ordem nova na política que enterre e supere definitivamente a recorrência a conceitos peremptos.

De certo modo instintivo e maneira confusa os poderes nacionais têm sentido a verdade deste princípio e buscado uma solução ou soluções. No princípio foi a tentativa de renovação pelo bipartidarismo, tornando-se a ARENA o suporte civil da Revolução e o MDB sua oposição legitimada, visando a criar e estabelecer novas lideranças. A experiência histórica mostrou a inanidade do

processo que não vamos aqui analisar. Daí a partida para dar origem a novos comandos políticos pelo recrutamento de homens oriundos das classes tencratas da sociedade brasileira, no lamentável equívoco de que basta o conteúdo tecnológico para plasmar o estadista, o administrador, o caudilho, o líder. Esquece-se aqui a lição do grande Marechal Lyautey, o fecundo administrador francês, para quem essas categorias humanas pertencem a outro grupo de técnicos, os das idéias gerais, os da visão global e da perspectiva integral dos problemas, sem o particularismo bitolado da tecnologia comum, dotados sempre de uma ampla, generosa e intuitiva capacidade de contemplação das realidades humanas e nacionais.

### 05. Juízo Histórico —

Num país de tal complexidade política como é o Brasil, vê-se quão difícil situar o homem forte que foi Castelo no enfoque geral da problemática institucional. Sejam, porém, quais forem as circunstâncias e contingências da evolução brasileira, o juízo histórico sereno e equânime há sempre de apontar em Castelo uma virtude cívica fundamental: a soberba indiferença ante o clamor da opinião pública, verdadeira ou simplesmente manipulada por conveniências inconfessáveis, quando porventura ele houvesse decidido e adotado uma conduta julgada indispensável e necessária aos legítimos interesses do Estado e da Nação. Basta esta vertical e corajosa atitude para fazê-lo uma estadista de pulso!

Não buscava a popularidade barata nem temia os arreganhos da contestação aos caminhos políticos que escolhera, abrindo as oportunidades para realizar em bem da Pátria aos que lhe sucederam no comando nacional. Como aquele Lord e político britânico evocado em transcrição por Machado de Assis na página de "O velho Senado", ele poderia afirmar que não buscava a amizade nem temia o ódio dos que quisessem fazer contestação ou oposição às diretrizes adotadas pelo seu esquema governativo.

Foi estadista na acepção empregada por Paul Reynaud, diferenciando o político: "estadista é um político que se pôs a serviço da Nação e político é um estadista que pôs a Nação a seu serviço". Para ele não contava a perspectiva imediatista de uma eleição ou de um quadriênio presidencial, mas a perspectiva luminosa dos séculos e do futuro inextinguível da Pátria Brasileira, como um daqueles reis medievais que pacientemente construíram as Nações européias ou um D. João III de Portugal que lançou os alicérges concretos do Brasil.

Ainda em vida do Presidente dizia eu com frequência que havia em Castelo muito da grandeza dos estadistas do Império, especialmente pela ótica nacional, sem partidarismos, regionalismos e

particularismos, utilizada na percepção dos complexos problemas brasileiros. Talvez esta atitude espiritual fosse a influência do passado glorioso da nossa Pátria, simbolicamente pelo retrato de Cavalcanti que ele gostava de ter sempre pairando atrás da poltrona e mesa de trabalho onde houvesse exercido um cargo, inclusive na suprema magistratura da Nação Brasileira, presidindo a República.

Julgo que essas linhas servem de pequenino depoimento pessoal sobre o grande Presidente, como preito de homenagem devida de muito a quem tanto fez pelo Brasil e testemunho de agradecimento do contemporâneo que viu a Nação redimida de grave ameaça, linhas escritas como refrigério e consolo para as almas e corações patrióticos dos esquecidos cidadãos que lutaram em 1964 para que o Brasil não viesse a ser a "Pátria para sempre passada, memória quase perdida" da formosa mas melancólica expressão de Eça de Queirós em referência ao Portugal do liberalismo, do parlamentarismo e do constitucionalismo que haviam devorado as suas energias na competição de sórdidas ambições e dos mais baixos apetites políticos.